

## O jornalismo participativo como território partilhado: práticas e narrativas

**Adelino Cunha**

(Universidade Europeia; Universidade NOVA de Lisboa)

ORCID: 0000-0002-9502-7913

([adelino.cunha@universidadeeuropeia.pt](mailto:adelino.cunha@universidadeeuropeia.pt))

**Adelino Cunha (short bio):** Doutorado em História Contemporânea, doutorando em Ciências da Comunicação, investigador integrado do IHC e regente de Géneros Jornalísticos no IADE-Universidade Europeia. É autor dos livros: *Álvaro Cunhal – Retrato pessoal e íntimo* (2010/2019) (Plano Nacional de Leitura 2017); *Os filhos da clandestinidade* (2016); *Júlio de Melo Fogaça – Biografia* (2018) (Plano Nacional de Leitura 2019); e dos artigos: “New subjectivity and normative objectivity – A case study with communication sciences students”, *Comunicação pública*, 2021; “O Diálogo entre os Estudos da Comunicação e a História – Proposta de criação da unidade curricular Dinâmicas Comunicacionais Contemporâneas”, *Comunicação Pública*, 2020; “3 ou 4 Coisas sobre o Jornalismo”, *Manual de estratégias narrativas*, 2020.

**Submissão: 06/06/2022**

**Aceitação: 07/10/2022**

# **O jornalismo participativo como território partilhado: práticas e narrativas**

**Resumo** (PT): Considerando a perda do monopólio da recolha, edição e difusão de conteúdos informativos, este artigo pretende contribuir para o debate sobre os desafios que se colocam ao jornalismo profissional. Procedeu-se a uma revisão da literatura centrada nas formas de participação dos cidadãos, tendo em vista estabilizar definições conceptuais sobre jornalismo público, *jornalismo cidadão* e jornalismo participativo, bem como identificar as respetivas características pertinentes. O quadro teórico resultante dessa revisão orientou a estratégia de recolha de dados através de um inquérito por questionário realizado junto de estudantes de ciências da comunicação. Os resultados da investigação permitem analisar mecanismos de deliberação e de interatividade que podem contribuir para a construção do jornalismo participativo como um território de compromisso entre os jornalistas e os cidadãos.

*Palavras-chave:* Digitalização, Jornalismo público, *Jornalismo cidadão*, Jornalismo participativo.

# **Participatory journalism as shared territory: practices and narratives**

**Abstract** (EN): Considering the loss of the monopoly of the collection, edition and dissemination of informative content, this article aims to contribute to the debate on the challenges faced by professional journalism. A literature review was carried out focusing on forms of citizen participation, with a view to stabilizing conceptual definitions of public journalism, citizen journalism and participatory journalism, as well as identifying their relevant characteristics. The theoretical framework resulting from this review guided the strategy of collecting data through a questionnaire survey carried out among students of communication sciences. The research results make it possible to analyze mechanisms of deliberation and interactivity that can contribute to the construction of participatory journalism as a territory of compromise between journalists and citizens.

*Keywords:* Digitalization, Public journalim, *Citizen journalism*, Participatory journalism.

## Introdução

Este artigo começa por proceder a uma revisão da literatura baseada em estudos sobre jornalismo público, *jornalismo cidadão*<sup>1</sup> e jornalismo participativo, tendo em vista consolidar estes conceitos através da identificação e descrição das práticas jornalísticas que incluem a participação dos cidadãos no processo profissional de produção de notícias. Considerando o quadro teórico decorrente dessa análise, procedeu-se à sua aplicação num inquérito por questionário realizado junto de estudantes da licenciatura de ciências da comunicação da Universidade Europeia (Della Porta & Keating, 2008, pp. 316-322), cujos resultados se apresentam problematizados dentro do objetivo da investigação. Na medida em que a perda do monopólio de recolha, edição e difusão de informação por parte dos jornalistas provoca um refluxo da importância do jornalismo na intermediação do debate que ocorre no território plural das democracias, pretendemos:

1. Analisar as perceções dos estudantes de ciências da comunicação, enquanto futuros profissionais, quanto à utilidade/necessidade do envolvimento dos cidadãos nos debates públicos através da sua mobilização no território do jornalismo;
2. Identificar os mecanismos em que essa intervenção pode efetuar-se, acautelando tanto as expectativas dos cidadãos como o quadro ético, deontológico e legal dos jornalistas.

As centenas de estudos produzidos ao longo destas décadas sobre as diferentes formas de participação dos cidadãos nos processos jornalísticos criaram necessariamente uma fragmentação de categorias<sup>2</sup> e geraram um debate que “não é carne nem peixe” por força das expectativas dissonantes (Deuze, 2005, p. 443). Será então (ironicamente) “uma ave”? (Raudsepp, 1989, p. 9). Essa intensidade pode ser constatada com a necessidade de

---

<sup>1</sup> A opção pelo itálico ao longo do artigo traduz uma reserva epistemológica do autor quanto ao reconhecimento de amadores no exercício de profissões ética e legalmente reguladas, tendo sido igualmente utilizada para estrangeirismos.

<sup>2</sup> Especificamente localizados no território participativo podemos referir desde os tradicionais jornalismo público, *jornalismo cidadão* e jornalismo participativo até ao evolutivo *content-generator*. Trata-se de um esforço de reformulação que se projetou com imaginação para outros territórios concetuais: *automated-journalism*, *computational and algorithmic-journalism*, *robot-journalism*, *foundations-funded-journalism*, *cross-border-journalism*, *solutions-journalism*, *journalism of things*, *sensor-journalism*, *drone-journalism*, *augmented-journalism*, *millennial-journalism*, *post-industrial-journalism*, *mobile-journalism*, *locative-journalism*, *slow-journalism*, *real-time-journalism*. São largas dezenas de termos associados ao jornalismo susceptíveis de serem organizados em função da a) motivação ou estilo de reportagem, b) da tecnologia ou abordagem baseada em dados, do c) foco temático, do d) relacionamento com o público, do e) meio ou canal de distribuição, do f) modelo organizacional ou económico e da g) dimensão relacionada ao tempo (Loosen *et al.*, 2020, p.8).

criação de um *agregador X* para tentar domesticar tamanha fragmentação (Loosen *et al.*, 2020).

Esta galáxia decorre do impacto da digitalização (Lee & Tandoc, 2017) e da cidadania ativa (Fiedler, 2009; Brock, 2013), mas no âmbito de uma dinâmica de mudança fortemente marcada pelo refluxo da capacidade financeira dos meios de informação, decorrente das acentuadas quebras de publicidade e de audiências – o que criou um quadro de vulnerabilidade, no sentido em que a redução dos recursos jornalísticos (humanos e financeiros) foi sendo artificialmente compensada com conteúdos produzidos por cidadãos amadores (Gjoni, 2017); isso exige a construção de um quadro teórico devidamente configurado. Por um lado, organizámos a revisão da literatura em torno das três principais linhas de investigação: jornalismo público, *jornalismo cidadão*<sup>3</sup> e jornalismo participativo; por outro, procedemos à consequente estabilização conceptual decorrente da própria evolução do debate.

A revisão da literatura beneficia significativamente dos estudos de Merel Borger, Anita van Hoof, Irene Costera Meije e Jose Sanders (2013), Jennifer Y. Abbott (2017) e Katherine M. Engelke (2019). O primeiro procedeu à análise de 119 artigos publicados entre 1995 e 2011 sobre jornalismo participativo; o segundo avaliou 71 artigos sobre jornalismo participativo e 219 sobre *jornalismo cidadão*, publicados entre 2006 e 2017; e, por fim, o terceiro apresenta uma revisão sistemática da literatura através da análise de 378 estudos sobre jornalismo participativo *online* publicados entre 1997 e 2017 – o que significa que se encontram aqui considerados os principais estudos efetuados ao longo das próprias dinâmicas de digitalização.

Estas linhas de investigação começam por identificar uma certa desilusão dos cidadãos perante a apropriação dos jornalistas de todo o processo noticioso e consequente redução dos potenciais níveis de participação:

As a result, participatory journalism, as appropriated by professional journalism and as ignored by citizens, loses its radical potential (Borger *et al.*, 2013, p.130).

Esta apropriação reflete-se no processo de construção conceptual traduzida nos estudos académicos:

Most researchers have defined participatory journalism as the process in which citizens contribute to professional journalists news production, and they have distinguished citizen journalism as news

---

<sup>3</sup> Considera-se uma impossibilidade o exercício de cidadãos amadores poder ser classificado como jornalismo. Aceita-se o termo *jornalismo cidadão* na exclusiva territorialização do debate académico.

produced by people untrained in journalism without the help of professional journalists (Abbott, 2017, p. 14).

Abbott coloca em perspectiva as categorias de jornalismo participativo e *jornalismo cidadão* partindo da experiência inicial do jornalismo público, isto é, formas das audiências participarem no processo editorial. Numa altura em que os cidadãos ainda eram essencialmente “audiência”, o jornalismo público apresentava três objetivos fundamentais quando surgiu em finais do século passado, em grande medida nos Estados Unidos e tendo como base mecanismos de envolvimento marcadamente presenciais:

To connect to the community; to engage individuals as citizens; and to help public deliberation in search for solutions (Nip, 2006, p. 6).

Não foi necessário esperar muito tempo até que fosse declarada a tomada de poder dos cidadãos, mas esse processo de passagem *da audiência para o jornalismo* (Rosen, 2008) acabou por esmorecer nas suas próprias contradições. Pensou-se que essas formas de o cidadão falar diretamente para os cidadãos iriam revolucionar a comunicação e secundarizar os jornalistas, mas o fenómeno do *jornalismo cidadão* (em grande medida decorrente dessa dinâmica inicial do jornalismo público) condenou os cidadãos enquanto potenciais produtores ao papel de eventuais fontes ou representantes de assuntos locais ou pessoais (sem tão-pouco cumprir a herança do jornalismo público).

A inconsistência conceptual poderá ter contribuído para um ambiente de tensão e de desilusão dos próprios investigadores<sup>4</sup>, na medida em que os estudos que apresentam um quadro conceptual distinto superam o pessimismo que resulta da desilusão dos próprios investigadores. O aprofundamento desta perspectiva revela sinais de mudança que têm vindo a ser introduzidos por alguns jornais nas suas edições digitais<sup>5</sup>:

There is emerging evidence – small but significant – that journalism’s ideological commitment to control, rooted in an institutional instinct toward protecting legitimacy and boundaries, may be giving to a hybrid logic of adaptability and openness: a willingness to see audiences on a more peer level, to appreciate their contributions, and to find normative purpose in transparency and participation (Lewis, 2012, pp. 850-851).

A mais recente revisão sistemática da literatura recorre a 378 estudos publicados entre 1997 e 2007 sobre jornalismo participativo *online* e começa por colocar de imediato a questão na sua centralidade:

---

<sup>4</sup> Jennifer Abbott cita frequentemente as “tensões” que resultam do confronto entre diferentes estudos, apontando para a necessidade de investigar as categorias proficuamente utilizadas pelos próprios investigadores.

<sup>5</sup> Por exemplo, o jornal *The Guardian*, cfr: Graham, T., Jackson, D. & Wright, S. (2019). The possibilities and limits of 'Open Journalism'. Journalist engagement below the line at the Guardian (2006-2017). In A. Cavanagh & J. Steel (Eds.), *Letters to the Editor – Comparative and Historical Perspectives* (pp. 147-169). Palgrave Macmillan.

The relationship between journalists and audience members as peripheral actors due to the increasingly blurred boundaries between these actors and the renegotiation of authority and power in the news production process are being renegotiated (Engelke, 2019, p. 1).

Em primeiro lugar, 121 estudos sobre o impacto da participação referem explicitamente resultados conflitantes: 51% constataam a continuidade do controlo jornalístico, 42% revelam uma partilha e 7% apresentam resultados mistos. A tensão que os estudos deixam transparecer resulta tanto da instabilidade conceptual sobre jornalismo participativo<sup>6</sup>, como dos resultados decorrentes das próprias investigações sobre as práticas participativas adotadas pelos jornalistas.

O jornalismo circunda e é circundado por cidadãos e essa relação pode ser definida em função da experiência do jornalismo público, das dinâmicas posteriores resultantes do *jornalismo cidadão* e das potencialidades atuais e futuras do jornalismo participativo. É uma tendência que abre novas perspectivas e que por isso mesmo justifica uma necessária prudência, ou seja, não se pode confundir envolvimento, participação ou conversação com deliberação, na medida em que é precisamente essa capacidade de influência direta e concreta que se perfila como decisiva.

Trata-se de uma mudança de atitude que Zvi Reich começa por situar como um “ideal deliberativo” capaz de fomentar o envolvimento dos cidadãos na discussão das questões públicas (Reich, 2011, p. 102), tendo em vista responder tanto às expectativas dessas “vozes não jornalísticas” como à exploração das “novas oportunidades” resultantes da inovação tecnológica, e.g., o potencial deliberativo dos comentários dos cidadãos em fóruns jornalísticos: “(...) Having the potential to fulfil deliberative ideals in their democratic societies” (Reich, 2011, p. 113). Neste sentido, o contributo dos cidadãos deve refletir-se na própria notícia como resultado e fundamento do próprio processo participativo, ou seja, deve configurar-se com carácter normativo<sup>7</sup>.

## **Os primeiros esforços do jornalismo público**

A transição para a década de 90 resultou numa primeira tentativa de reaproximar o jornalismo das preocupações dos cidadãos, tendo em vista responder ao início de uma

---

<sup>6</sup> Katherine Engelke fala em “inconsistência” conceptual e em “fronteiras porosas”.

<sup>7</sup> No sentido em que Jurgen Habermas defende que “o processo da política deliberativa constitui o âmago do processo democrático” (Habermas, 1997, p. 18).

profunda mudança, não ainda em termos da digitalização, mas relativamente à produção colaborativa:

The networked environment makes possible a new modality of organizing production: radically decentralized, collaborative, and non-proprietary; based on sharing resources and outputs among widely distributed, loosely connected individuals who cooperate with each other without relying on either market signals or managerial commands (Benkler, 2006, p.60).

O jornalismo público representou um esforço para envolver os cidadãos no processo de política e recuperar as ligações às comunidades, mas quando Jay Rosen inscreveu retroativamente o conceito estava também a antecipar uma dinâmica: “If public journalism one day loses its name, becoming ‘just good journalism’, it will have succeeded” (Rosen, Merritt & Austen, 1997, p. 8). Isso levou Tanni Haas a situar o jornalismo público como um “argumento” (para onde a imprensa deve ir) e “um conjunto de práticas” experimentadas em ambientes concretos, no sentido de estudá-lo como um “movimento” de pessoas e instituições atentas à mudança (Haas, 2007, p. 1). O assumir desse território (em larga medida definido por Jay Rosen, David Merritt e Arthur Charity<sup>8</sup>) permitiu-lhe explorar o quadro teórico dentro do seu contexto histórico e analisar as práticas em alguns meios de informação de carácter local. Esse sentido comunitário é uma marca importante, mas no sentido em que os jornalistas devem perceber os cidadãos como participantes ativos, em oposição a espectadores passivos dos processos democráticos, ou seja, o jornalismo público apresentou-se como um movimento de reforma pioneiro no contexto da importância do jornalismo na qualidade das democracias: “Estão intrinsecamente ligados, se não mutuamente dependentes” (Haas, 2007, p. 2).

No que se refere aos objetivos e práticas, Abbott (2017) identifica as quatro estratégias mais citadas pelos estudos sobre o jornalismo público.

1. A construção de uma parceria baseada no reconhecimento pelos jornalistas da importância dos contributos dos cidadãos:

Public journalism influenced the journalist’s professional self-image so that they positioned themselves on the same side as the public. Here journalists did not consider themselves as reporters that should, from an arm’s-length distance, perform their public service to a receiving mass (...) journalists also ‘helped’ and ‘supported’ the public as citizens, and even ‘defended’ them’ (Ahva, 2013, pp. 790-806).

---

<sup>8</sup> Davis Merritt, *A new political contract must restore meaning to election campaigns*, Wichita Eagle, 1988; *Public journalism and public life: Why telling the news is not enough*, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998; Arthur Charity (*Doing public journalism*. New York, Guilford, 1995; *Public journalism for people*. National Civic Review, 85(1), pp.7-13, in Haas (2007).

2. A possibilidade de os cidadãos participarem na definição da agenda jornalística e garantirem dessa forma a inclusão da sua perspectiva:

One of the axioms of public journalism is that the public should be involved in setting the news agenda, issue selections, and overall establishing a citizens perspective (Hermans, Schapp & Bardoel, 2014, pp. 642-654).

3. A valorização da ligação aos cidadãos através do seu reconhecimento como especialistas em assuntos locais e portadores de um certo ponto de vista da realidade através do seu envolvimento na resolução dos problemas:

Public journalism has three main goals: to connect to the community; to engage individuals as citizens; and to help public deliberation in search for solutions (Nip, 2006, p. 6).

4. A construção de uma relação que permitiu aos cidadãos intervirem na vida concreta das suas comunidades:

Information which allows people to act on those attitudes which they might already have (...) if the mass media fail to provide MI [Mobilizing Information] in non-electoral political processes, then, it seems likely that those who already have MI are at an advantage (Lemert *et al.*, pp. 721-726).

Abbott projeta a existência dos *public journalists*, na exata medida em que assumem o envolvimento dos cidadãos como “responsabilidade social”, ou seja, uma missão para a melhoria da qualidade da democracia através da própria democratização do jornalismo:

Encouraging citizens to solve problems and (...) empowering them to help decide what information, ideas, and discussions to report (...) by enabling citizens to engage and improve important public matters (Abbott, 2017, p. 5).

A generalidade dos autores considera que esta experiência se encontra esgotada. Tendo surgido como um movimento de abertura do jornalismo aos cidadãos através de um quadro de compromissos partilhados, o jornalismo público cristalizou-se na aceitação da definição da agenda noticiosa e na predisposição para produzir notícias que ajudassem a melhor compreender a realidade mostrando aquilo que não era visível.

Trata-se do esboço de um compromisso cívico dos jornalistas para envolverem os cidadãos, mas preservando os seus poderes de edição, isto é, o jornalismo contribui para a capacidade deliberativa dos cidadãos através de uma aliança de expectativas comuns, mas num quadro ainda fortemente regulado. Não se pode confundir envolvimento, participação ou conversação com deliberação, na medida em que é precisamente essa capacidade que se perfila como decisiva:

In public journalism, conversation is defined more as traditional ‘public deliberation’, an informed and purposive public discussion aimed at reaching judgment or consensus (...). On the other hand, conversation in citizen journalism is not necessarily a reasoned discourse. It may not be even public, but private chatter. This is freewheeling ordinary conversation, sometimes opinionated and gossip like, other times serious and sincere. It may take place in social networking sites or at water coolers in the workplaces (Min, 2015, p. 5).

Conversas junto aos “dispensadores de água”<sup>9</sup> são apenas isso, conversas junto aos dispensadores de águas, mas Min explica que o esgotamento do jornalismo público deve ser tributado ao carácter artificial do esforço dos jornalistas (“the elitist notion of conversation in public journalism might have alienated many citizens”), no sentido em que é precisamente a “conversa” como processo de significação social que deve ser valorizada como princípio (re)organizador do jornalismo.

Journalism has always been about [a] conversation the public is trying to have itself to make meanings in public life. The public journalism and citizen journalism movements, understood in such a context, are noble efforts to bring back conversation to the core of the journalism enterprise (Min, 2015, p. 12).

Min pode até ter razão quando apela à urgência de os jornalistas reconquistarem a confiança dos cidadãos, mas coloca-se numa posição delicada quando procede à sua defesa através da dissolução dos próprios pilares do jornalismo:

Instead of elusive traditional journalism criteria such as objectivity and impartiality, one needs to consider alternative criteria such as interactivity and transparency in evaluating citizen journalism (Min, 2015, p. 12).

Esse aspecto, por exemplo, justifica o reforço da necessidade de uma problematização que tenha por base a genuína construção de dinâmicas partilhadas entre jornalistas e cidadãos, mas sem que os primeiros deixem de ser aquilo que são simplesmente para responder (sem responder) à crise do negócio, e os segundos possam sentir-se genuinamente valorizados pelo seu esforço de envolvimento na democracia e valorizados nas suas capacidades individuais.

Talvez possamos encontrar no *Paraíso* de Dante alguma orientação cósmica para definir uma base genuína de cooperação (e não continuar a alimentar o ambiente tenso de conflito – que deve ser drenado), tendo como base o reconhecimento de que tanto quanto as esferas celestes que representam o Universo circundam outros corpos celestes e são simultaneamente circundadas, também o jornalismo circunda os cidadãos, sendo ao mesmo tempo por eles circundado.

## **A impossibilidade do jornalismo cidadão**

O desapontamento de alguns autores em relação aos jornalistas reflete-se na crítica à preservação sagrada dos seus poderes de *gatekeeping*; por exemplo, Seong-Jae Ming

---

<sup>9</sup> A expressão utilizada por Seong-Jae Min refere-se à informalidade que pode caracterizar o envolvimento dos cidadãos no processo noticioso (Min, 2015, p. 5).

insurge-se contra a rigidez normativa do jornalismo e fala numa atitude arrogante e elitista que afasta os cidadãos do jornalismo (condenando-o):

One major reason that the public journalism movement failed is because of its rigid and overbearing conceptualization of conversation as purposive, judgment-making, artificial talk. The elitist notion of conversation in public journalism might have alienated many citizens (Min, 2015, p. 12).

O que justificaria uma reflexão sobre o que pode significar essa abdicação da intervenção jornalística? A própria extinção do jornalismo?

É mais fácil entender que o jornalismo tradicional manifesta profundas dificuldades em se adaptar à vertigem da digitalização do que depois dar sentido ao *ruído digital* através de novos modelos de inteligibilidade informativa. Insistir nesse ângulo-morto acaba por se reduzir a um simples esforço de deslegitimação dos jornalistas.

A colocação do problema nestes termos não representa nenhuma reserva quando à necessidade de repensar os termos do *gatekeeping*, mas sim a necessidade de esse debate incluir o impacto nos fundamentos do próprio jornalismo profissional e nos seus compromissos com a democracia.

Quando os investigadores pedem que os jornalistas coloquem a agenda dos cidadãos em primeiro lugar (Hermans *et al.*, 2014, p. 2), quais as consequências na sua missão de defesa do interesse público geral?

Talvez possa ser perguntado em que se fundamenta essa “obstinação” e “resistência” dos jornalistas (Abbott, 2017, p. 8), mas alguma razão existirá quando os estudos e os investigadores concordam no essencial: alguma coisa tem de mudar, ou seja, os jornalistas terão necessariamente de se reinventar como “co-creators of culture” (Deuze, Bruns & Neuberger, 2007, p. 334).

A necessidade de mudança representa uma forte premissa que Deuze, Abbott e Engelke identificam genericamente entre os autores, na medida em que os respetivos estudos apontam para a inevitabilidade da integração dos cidadãos no processo de produção noticioso “in order to remain financially, viable and relevant”; caso contrário: “Journalism will *be changed* by the sheer power and influence of citizens involvement through new technologies” (Abbott, 2017, p. 8).

Os estudos concentram-se nas circunstâncias em que os jornalistas estão (ou não) a mudar para depois concluir pela permanência das mesmas condições devido à sua “obstinação”, tendo em consideração que assumem (com insuficientes reservas) que os cidadãos têm

capacidade efetiva para participar no processo noticioso profissional através da “desprofissionalização” do jornalismo:

If the ideology of professionalism is one of expert control, then the ideology de-professionalized participation may be one of distributed control, of facilitating and fostering engagement through an open system of communication. I put emphasis here on *engagement*, as a normative concept of this ideology, suggesting that good societies are engaged societies – they are robust and active, dialogical and diverse, freely sharing ideas and information (Lewis, 2012, p. 848).

Sendo verdade que os jornalistas perderam o monopólio da edição e da difusão (o que significa menos audiências, menos receitas, menos recursos humanos qualificados, menos capacidade de trabalho), e sendo igualmente verdade que essa nova realidade tem correspondido a uma crescente desvalorização do papel dos jornalistas na qualidade da democracia, os esforços de reaproximação ao público arriscam-se a ficar comprometidos pelas modas em torno de conceitos e dos seus agregadores (Loosen *et al.*, 2020).

Exigir uma redefinição das fronteiras do jornalismo dificilmente poderá passar pela redefinição das relações com o público através da simples e direta adoção das chamadas “citizen-centred practices”, ou seja, a centralização absoluta “no cidadão”:

A highly centralized media system had connected people ‘up’ to big social agencies and centres of power but not ‘across’ to each other. Now the horizontal flow, citizen-to-citizen, is a real and consequential as the vertical one (Rosen, 2008, p. 164).

Importa para isso clarificar essa impossibilidade chamada *jornalismo cidadão* antes de proceder à sua devida defenestração conceptual, tendo antecipadamente uma decisiva ideia-chave comum a todos os investigadores: “People untrained in journalism” (Abbott, 2017, p. 9).

Where the people are responsible for gathering content, visioning, producing and publishing the news product, I call citizen journalism. In this model, professionals are not involved at all (unless in the capacity of citizens but not as paid employees (Nip, 2006, p. 14).

Mais preocupante do que esta afirmação, é a constatação de Abbott: “Vários investigadores utilizaram a descrição de Nip” (Abbott, 2017, p. 9), na medida em que não existe e não pode existir *jornalismo cidadão*<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> O Estatuto do Jornalista em Portugal define como jornalistas “aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão electrónica”. Define como condição de acesso à profissão a realização de “um estágio obrigatório, a concluir com aproveitamento, com a duração de 24 meses, sendo reduzido a 18 meses em caso de habilitação com curso superior, ou a 12 meses em caso de licenciatura na área da comunicação social ou de habilitação com curso equivalente, reconhecido pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista”. O exercício da profissão passa então a depender de habilitação conferida pelo respetivo título, “o qual é emitido por uma Comissão da Carteira Profissional de Jornalista”, acrescentando-se que “nenhuma empresa com actividade no domínio da comunicação social pode admitir ou manter ao seu serviço, como jornalista profissional, indivíduo que não

O risco da consagração do “culto do amadorismo” resulta da substituição do conhecimento organizado pela “sabedoria das multidões”, ou seja, “milhões de editores amadores e conteúdo não confiável” (Keen, 2007, p. 44) produzido por *contra-jornalistas* ou *pós-jornalistas*. Como se o debate pudesse ser entre “alternative journalists” e “institutional journalists” (Lyons, 2015):

There is a commonly shared core of the term: it refers to news produced by *amateurs* as opposed to *professionals* (Örnebring, 2013, p. 36).

Pretender que os cidadãos se afirmem através da superação da passividade das audiências (Rosen, 2008) corresponderá à perda das qualidades que têm enquanto especialistas amadores do quotidiano (*everyday amateur expert*) (Kristensen, 2015).

Sim, os cidadãos podem ser inequivocamente criadores de conteúdos e conteúdos de enorme potencial jornalístico, mas esses conteúdos não podem ser classificados como notícias se dispensarem os profissionais. Pensou-se que essas novas formas de o cidadão falar diretamente para os cidadãos iriam revolucionar a comunicação e secundarizar os jornalistas, mas o fenómeno condenou os produtores (sem tão-pouco cumprir a herança do jornalismo público) ao papel de potenciais fontes ou representantes de assuntos locais ou pessoais – o que erradamente reduz o papel dos cidadãos a espectadores no momento certo e no lugar certo:

Bystanders at the right time and place forward mobile phone footage, pictures and tweets to institutionalised media or online platforms from here they are picked up by mainstream media (Blaagaard, 2013, p. 194).

A questão deve ser ancorada no papel que cada parte representa e no objetivo comum que pode ser construído. É por isso que alguns autores advertem que intervir na esfera pública não confere só por si autoridade e credibilidade:

[They] do not have power of news organization behind them, nor can they claim the authority of membership in a socially recognized interpretative community (Bock, 2011, p. 640).

In this age characterized by a surplus of information from a variety of sources accessible to anyone online, credibility has become more important (Swasy, Tandoc, Bhandary & Davies., 2015, p. 226).

Nesse sentido, o pessimismo parece, de facto, resultar dos termos colocados pelos investigadores: “Because citizen journalism is discussed as a possible replacement for professional journalism, it must be judged by those standards” (Abbott, 2017, p. 13).

---

se mostre habilitado, nos termos do número anterior, salvo se tiver requerido o título de habilitação e se encontrar a aguardar decisão”. Os restantes mecanismos legais consolidam a diferenciação desta profissão através de uma lei própria, a Lei de Imprensa n.º 2 de 1999, e também a Constituição consagra no seu artigo 38.º “a liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores”.

## Os territórios de compromisso do jornalismo participativo

A introdução das práticas do jornalismo participativo surge no aceleramento do quadro da perda do monopólio da edição e difusão dos conteúdos pelos jornalistas profissionais, isto é, ao contrário do que acontece com o jornalismo público, não existiu um esforço de convergência inicial baseado no reconhecimento das vantagens mútuas. É essa inconsistência na aplicação dos mecanismos de partilha que é revelada pelos estudos:

Journalists need to rethink where their position is in the professional-participatory tension and how they work with others within this tension. In a networked environment, 'there is no value in isolation' (Singer, 2008, p.74). By adapting and appropriating this change, keeping in mind whom they work for, and then opening their boundaries, journalists may be able to reconstruct their norms and practices and, consequently, maintain and even reinforce their identities as journalists in a turbulent time (Shin, 2015, p.701).

O jornalismo participativo define-se desde logo pela sua natureza colaborativa entre jornalistas e cidadãos que encontram formas de trabalho conjunto, mas, apesar de os jornalistas preservarem o principal papel no processo de produção e de disseminação, verifica-se uma valorização da cidadania através da interatividade (e.g. hiperligações às redes sociais e/ou blogues) e do seu reconhecimento em todo o processo noticioso, ou seja, antes da elaboração da notícia (e.g. como indutor), durante a notícia (e.g. como fonte direta e/ou comentador em fóruns mediados por jornalistas) ou depois da sua publicação (e.g. através de alterações do ângulo noticioso).

Networked journalism takes into account the collaborative nature of journalism now: professionals and amateurs working together to get the real story, linking to each other across brands and old boundaries to share facts, questions, answers, ideas, perspectives. It recognizes the complex relationships that will make news. And it focuses on the process more than the product (Jarvis, 2006).

Essa natureza colaborativa que caracteriza o jornalismo participativo expressa-se pela colaboração ativa e concretiza-se na interatividade. Por um lado, a possibilidade de submissão de imagens estáticas e vídeos e comentários; por outro, ligação das notícias aos blogues dos cidadãos, redes sociais pessoais e dinamização de fóruns para debater notícias e depois proceder à sua melhoria através de novos ângulos.

News users could participate in the news making process in multiple ways, but in the recent development, participatory journalism takes the form of the news users generating content, more or less independently of the professionals, whereas the professionals generate some other content, and also produce, publish and market the whole news product. User contribution is solicited within a frame designed by professionals (Nip, 2006, p. 12).

É verdade que as interações resultam dos conteúdos produzidos pelos jornalistas (e nesse sentido são por eles solicitados), mas os jornalistas devem ser intermediários ativos, não apenas como reguladores, mas também como moderadores e incentivadores da interatividade para depois serem consequentes no processo participativo. Para isso, o

jornalista deve estar *de facto* presente na conversação e depois dar-lhes sequência no processo noticioso.

Participants will respond strongest (...) when stories include such comments and when journalist also is engaged in power of moderators (...). The provision of comments to a collaborative-style story suggest that journalists care about reader input not just in the reporting process but after a story runs. In theory, that should increase what might be called overall perceived 'conversationalness' (Marchionni, 2015, p. 234).

A replicação do modelo de *gatekeeper* e a sua simples transformação em potenciais fontes de notícias defrauda as expectativas dos cidadãos e ignora a vastidão de potencialidades da própria digitalização. Importa reconhecer que o jornalismo participativo concentra a interação mais no processo do que no produto (na notícia), mas permite que os cidadãos participem no processo de interpretação da realidade, na medida em que desempenham um papel regulado no processo jornalístico de transformação do acontecimento em notícia.

Blogs, comments, have you said, message boards, polls, chats, reads blogs, reader stories/images; fact-checking and gathering information for the media organization (...) that is something that the audience desires and appreciates (Karlsson, Bergström, Clerwall & Fast, 2015, p. 298).

Parece-nos (assim) fundamental começar por reconhecer as limitações para depois construir uma base de confiança sobre a qual serão desenvolvidos e aprofundados os novos mecanismos de colaboração, tendo já em vista alguns exemplos concretos que viabilizam a constituição do cidadão como um parceiro (vigiado) do jornalista, por exemplo, procedendo a entrevistas (reguladas) com fontes ou fornecendo informação de contexto.

Um compromisso centrado no jornalismo participativo significa aceitar a participação deliberativa dos cidadãos sem prescindir do poder de edição jornalística para assim garantir o necessário rigor e verdade nos conteúdos e a sua orientação para o interesse público.

Os estudos identificam algumas possibilidades sobre esse grau de participação concedido aos cidadãos (Nip, 2010, pp. 136-139):

- Incorporação profissional: pessoas comuns têm a oportunidade de participar no processo noticioso;
- Co-optação profissional: jornalistas redirecionam conteúdos produzidos por cidadãos;
- Resposta da cidadania: interpretação das notícias veiculadas pelos jornalistas;

- Reportagem profissional orientada: inclusão do cidadão no trabalho jornalístico ao longo de várias etapas da produção noticiosa;
- Reportagem cidadã guiada: orientação jornalística de cidadãos que produzem conteúdo potencialmente noticioso;
- Submissões do cidadão: conteúdo sem solicitação de jornalistas;
- Jornalismo cidadão: jornalistas cidadãos como líderes informais para fazer sugestões para cobertura de notícias ou participar de fóruns de discussão sobre questões públicas.

Os estudos mais recentes procedem à síntese das etapas desse processo através de uma taxinomia das formas de participação das audiências nos processos noticiosos, incluindo ainda assim aspetos relativos aos modelos de financiamento (e.g. *crowdfunding*) e métricas estatísticas (e.g. análise de dados e sondagens) (Engelke, 2019, pp. 32-33):

#### 1. Formation

- *Audience finances news via crowdfunding*: ajuda financeira para a criação de plataformas, projetos, *start-ups*;
- *Audience influences content selection qualitatively*: sugestões de ideias e tópicos de abordagem noticiosa;
- *Audience influences content selection quantitatively*: análise de dados, sondagens para medir interesse noticioso;
- *Audience content supplements professional reporting*: recurso a conteúdos produzidos por não jornalistas, e.g., fotografias e vídeos;
- *Audience involved in writing, editing, and revision*: utilização da informação gerada ou analisada previamente por não jornalistas;
- *Audience produces entire news pieces*: conteúdos produzidos por não jornalistas publicados em contexto jornalístico.

#### 2. Disseminations

- *Audience enhances prominence of news on journalistic sites*: através de cliques, leituras, gostos, recomendações, partilhas, comentários nas próprias notícias, no sentido de influenciar a sua hierarquização (*trending, most liked, most viewed, most commented, most shared, highly rated, etc.*);

— *Audience enhances prominence of news on external platforms*: aplicam-se as mesmas formas de envolvimento promotoras da disseminação através das redes sociais ou correio eletrónico, tendo em vista chamar a atenção para as notícias.

### 3. Interpretation

— *Audience checks comprehension via interaction*: participação em sondagens e *quizzes* sobre temas específicos para verificar a perceção das audiências através da interação;

— *Audience gives journalists qualitative feedback*: e.g., comentários, blogues ou correio eletrónico para apontar erros, sugerir correções ou expressar elogios;

— *Audience gives journalists quantitative feedback*: o mesmo através de métricas e análise de dados;

— *Audience involved in discussion of news*: promover a discussão entre jornalistas e audiências através da interatividade (e.g., comentários, fóruns, *chats*, correio eletrónico, etc.).

### **Metodologia da pesquisa.**

A investigação empírica apresentada neste artigo tem por base um inquérito por questionário dirigido em agosto de 2020 aos estudantes do 2.º ano da Licenciatura em Ciências da Comunicação da Universidade Europeia, no âmbito da unidade curricular Géneros Jornalísticos, tendo em vista responder às seguintes perguntas, enquadradas no debate sobre a importância da medição jornalística na qualidade dos debates nos regimes democráticos:

**Q1:** Quais as perceções dos estudantes de Ciências da Comunicação, enquanto futuros profissionais, quanto à utilidade/necessidade do envolvimento dos cidadãos nos debates públicos?

**Q2:** Em que moldes essa intervenção deve efetuar-se para acautelar tanto as expectativas dos cidadãos, como o quadro ético, deontológico e legal dos jornalistas?

Nesse sentido, procedeu-se à construção de um questionário (Cfr. Quadro 1 – Anexos) entregue eletronicamente aos estudantes, tendo sido recolhidos 22 inquéritos completos. Considerando que os resultados não foram obtidos através da desejável realização de entrevistas pessoais (Poirier, Clapier-Valladon & Raybaut, 1995), optou-se por um questionário fechado, ou seja, a formulação das questões, a sua ordem e a amplitude de respostas possíveis foram previamente fixadas.

No entanto, para superar as limitações expectáveis desta estratégia, algumas perguntas contemplavam características de questionário aberto, isto é, a formulação e a ordem as questões eram fixas, mas os inquiridos podiam acrescentar uma resposta de carácter livre. Esta semidiretividade permitiu uma adaptação às particularidades do inquirido, na medida em que o quadro de referência que resulta da grelha de perguntas reservou espaço para cada entrevistado explicar as suas opções (Giglione & Matalon, 1992).

### **Análise dos resultados da investigação.**

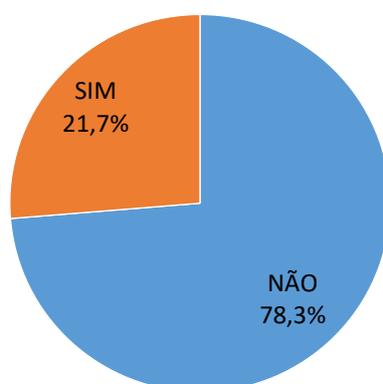
Os resultados da pesquisa consideram-se indicativamente alinhados com a relevância da formação universitária, na medida em que as respostas dos estudantes do curso de ciências da comunicação da Universidade Europeia têm por base as suas próprias investigações e reflexões sobre as temáticas lecionadas no âmbito da unidade curricular Géneros Jornalísticos<sup>11</sup>.

A esmagadora maioria dos inquiridos (78,3%) começa por considerar que os jornalistas não podem ignorar a utilidade/necessidade do envolvimento dos cidadãos na esfera pública tradicionalmente dominada por profissionais das áreas da comunicação (Gráfico 1). Trata-se de um resultado que se encontra alinhado com os estudos considerados na revisão da literatura relativamente à abertura dos jornalistas em exercício para encontrar um território partilhado. Por um lado, o jornalismo é uma profissão regulada e com regras éticas e deontológicas próprias, isto é, só pode ser exercido por pessoas habilitadas ao exercício da atividade, sujeitas ao escrutínio dos órgãos regulatórios e centradas no interesse público (Dear, 2014). Por outro lado, essa realidade intransponível não deve impedir o reconhecimento de que os cidadãos conquistaram o seu próprio espaço na esfera pública a partir do momento em que os sucessivos processos de digitalização democratizam o acesso às ferramentas de edição e divulgação de conteúdos (Brock, 2013).

---

<sup>11</sup> Cfr. [https://www.europeia.pt/content/files/2019\\_06\\_04\\_livro\\_1\\_cc.pdf](https://www.europeia.pt/content/files/2019_06_04_livro_1_cc.pdf) - [https://www.europeia.pt/content/files/2019\\_06\\_04\\_livro\\_1\\_cc.pdf](https://www.europeia.pt/content/files/2019_06_04_livro_1_cc.pdf), consultado em 2-05-2022.

## Os jornalistas podem ignorar a utilidade/necessidade de os cidadãos se envolverem na esfera pública?

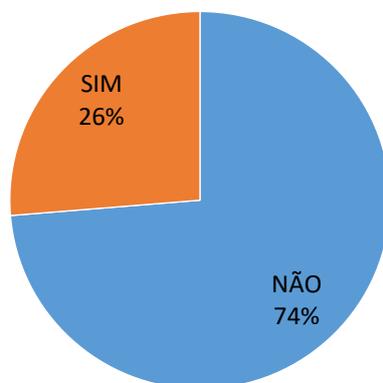


Fonte: Inquérito “Ciências da Comunicação: Jornalismo Cidadão vs. Jornalismo Participativo”,  
Universidade Europeia, Licenciatura em Ciências da Comunicação, agosto de 2020.

Os inquiridos clarificam em percentagem idêntica (74%) que essa interação entre jornalistas e cidadãos não deve passar pela mera inclusão de conteúdos de eventual carácter noticioso, isto é, terão forçosamente de existir regras de edição, igualmente consideradas no quadro teórico, mas apontando para uma necessária atitude de mudança, ou seja, territórios que possam também cumprir as genuínas expectativas de participação dos cidadãos:

There is emerging evidence – small but significant – that journalism’s ideological commitment to control, rooted in an institutional instinct toward protecting legitimacy and boundaries, may be giving way to a hybrid logic of adaptability and openness: a willingness to see audiences on a more peer level, to appreciate their contributions, and to find normative purpose in transparency and participation, à la open-source technology culture (Lewis, 2012, pp. 850-851).

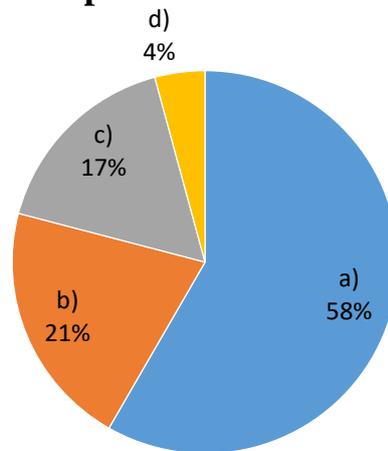
### **A intervenção dos cidadãos na esfera pública passa pela produção própria de conteúdos de carácter noticioso?**



Fonte: Inquérito “Ciências da Comunicação: Jornalismo Cidadão vs. Jornalismo Participativo”,  
Universidade Europeia, Licenciatura em Ciências da Comunicação, agosto de 2020

Os dados recolhidos tornam-se verdadeiramente interessantes quando os estudantes são desafiados a refletir sobre o modelo de integração desses contributos nos processos jornalísticos (Gráfico 3). Apesar de a maioria (58%) afirmar que essa integração deve ocorrer em espaços delimitados e após verificação jornalística, constata-se que somente 21% dos inquiridos admitem que essa integração possa ocorrer nas próprias notícias. Contudo, em ambos os casos (espaços delimitados/notícias), os inquiridos defendem que essa integração só deve ocorrer após verificação das regras do jornalismo, sendo que um terceiro (e relevante) grupo de inquiridos (17%) sugere o total afastamento deste potencial informativo.

## O jornalismo profissional deve considerar os cidadãos potenciais produtores de conteúdos?



a) Sim, mas só deve integrar os seus conteúdos em espaços delimitados e após verificação das regras do jornalismo.

b) Sim, mas só deve integrar os seus conteúdos nas notícias após verificação das regras do jornalismo.

c) Não, deve manter as distâncias.

d) Sim, e deve integrar os seus conteúdos como notícias de cidadãos.

Fonte: Inquérito “Ciências da Comunicação: Jornalismo Cidadão vs. Jornalismo Participativo”,  
Universidade Europeia, Licenciatura em Ciências da Comunicação, agosto de 2020.

A abrangência das respostas de carácter qualitativo justifica que se proceda a uma divisão entre os conteúdos que podem/devem ser valorizados pelos jornalistas e as suas formas de integração:<sup>12</sup>

### ALGUMAS RESPOSTAS

a) O que deve ser valorizado:

O jornalismo deve reconhecer os conteúdos produzidos por cidadãos somente se não houver material nas agências de notícias e após serem verificados de acordo com os critérios jornalísticos e se forem de carácter indispensável (ex: **filmagens amadoras de desastres naturais, flagrantes**, etc.).

Os cidadãos sem formação jornalística não devem intervir na produção de conteúdos porque não estão devidamente formados no que é o jornalismo e a publicação de uma notícia (...) Podem **auxiliar** na produção de conteúdos, como, por exemplo, a **gravação**, ainda que *amadora*, de

<sup>12</sup> Em todos os casos, os negritos são responsabilidade do autor.

elementos que possam **complementar** uma notícia elaborada por um jornalista com a devida formação.

Porque muitas das vezes são os cidadãos que **fornece**m as **informações** de carácter noticioso; deste modo, o jornalista não só pode como deve conferir a notícia de acordo com as regras do jornalismo.

O cidadão pode produzir **qualquer tipo de conteúdo**; cabe ao jornalista saber se o pode aproveitar, torná-lo noticioso e em que circunstâncias, cumprindo o código e regras do jornalismo.

#### b) Como deve ser integrado:

Na sociedade em rede, é impossível excluir a participação do público, pois este agora é, além de consumidor, produtor. No entanto, dentro da esfera jornalística, o conteúdo derivado do público deve no mínimo seguir três regras: 1) averiguar a **veracidade**; 2) deixar claro que aquela informação foi **captada por não-jornalistas**; e 3) tomar cuidado com tendências produzidas com alguma finalidade, por exemplo, quando *robôs* impulsionam um **hashtag** para dar visibilidade a um assunto. Este item é de extrema importância, pois a fabricação de uma tendência é sempre perigosa.

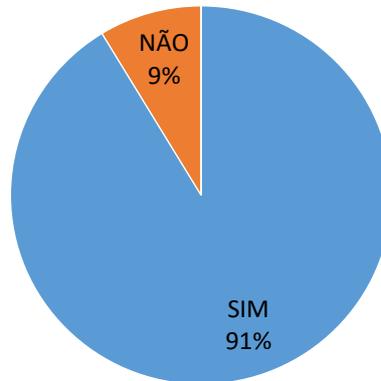
Todas as fontes de informação devem de ser **verificadas**, venham de onde vierem (...) se o conteúdo for recolhido por um cidadão, deve ser **identificado** como tal.

Os cidadãos podem ser parte da **fonte de uma notícia**, mas não devem ter espaço no jornalismo como um profissional.

As respostas apontam para a valorização dos cidadãos através dos seus contributos como fornecedores identificados de conteúdos e/ou como fonte das notícias, mas tendo sempre em conta a intervenção permanente dos jornalistas e a aplicação das regras jornalísticas nessa interação – o que fica reforçado quando se questiona se os não-jornalistas podem fazer *jornalismo*, ou seja, se pode existir algum fundamento metodológico, ético e deontológico no chamado *jornalismo cidadão* no processo informativo.

Quando questionados sobre se o jornalismo participativo pode/deve constituir-se como uma alternativa organizada à desorganização que resulta do *jornalismo cidadão*, a maioria esmagadora dos estudantes inquiridos (91%) defende esse compromisso, mas tendo por base o controlo jornalístico do processo (Gráfico 4).

### A alternativa ao *jornalismo cidadão* pode ser o *jornalismo participativo*?



- a) Sim, porque os jornalistas podem controlar o processo noticioso.
- b) Não, porque retira aos cidadãos a ligação direta e imediata à opinião pública.

Fonte: Inquérito “Ciências da Comunicação: Jornalismo Cidadão vs. Jornalismo Participativo”,  
Universidade Europeia, Licenciatura em Ciências da Comunicação, agosto de 2020.

#### Algumas respostas:

“Os diretores das redações devem repensar o jornalismo que é praticado, o **conteúdo** que querem passar e a **forma** que o fazem.”

“Não existe uma crise no jornalismo, existe sim a necessidade de se **repensar a forma de produzir e distribuir conteúdo.**”

“Há uma característica muito peculiar da comunicação que é a influência do desenvolvimento **tecnológico** da actividade.”

“Tornou-se tão fácil a difusão de conteúdos que qualquer pessoa hoje em dia o faz, o que veio criar outro problema: a difusão de *fake news*.”

“O jornalismo deve ser repensado em todas as vertentes em que, nos dias de hoje, é **difundido**. É uma área em constante evolução e evolução significa **adaptação** e aprendizagem.”

O “tecnomundo” contemporâneo parece ter enterrado definitivamente a velha *sacralidade monoteísta* e a leitura dos jornais deixou de ser a “oração matinal” romantizada por Hegel quando sucumbiu ao triunfo da “alta tecnologia” e do seu “poder demiúrgico infinito” (Lipovetsky & Serroy, 2010). Isto representa um permanente desafio de adaptação do jornalismo profissional às possibilidades da digitalização, tendo em vista não apenas preservar a sua importância na qualidade das democracias, mas também

potenciar a sua capacidade de interpretar a realidade e de proceder à sua construção na esfera pública em linha com as expectativas dos cidadãos e reconhecendo a sua capacidade de participação no processo noticioso.

## **Considerações Finais**

A perda do monopólio jornalístico na recolha, edição e difusão configurou-se numa dinâmica com várias décadas, ciclicamente marcada por esforços de aproximação dos jornalistas aos cidadãos interessados em participar no processo noticioso. O jornalismo público representou a primeira tentativa de definir um território de proximidade através da partilha de uma agenda comum de interesses, mas sem um verdadeiro envolvimento dos cidadãos no processo noticioso. É verdade que contribuiu para a capacidade deliberativa dos cidadãos, no sentido em que experimentou mecanismos de proximidade local para atender às suas expectativas noticiosas, mas limitadas pelo quadro normativo dos profissionais.

Esta experiência acabou por sucumbir no quadro normativo profissional e na ausência de uma genuína vontade na construção de um compromisso que correspondesse às expectativas dos cidadãos sem comprometer a profissionalização do jornalismo. Tratando-se de uma dinâmica, a digitalização permitiu que surgisse uma nova fase neste discurso tenso entre cidadãos e jornalistas. O erradamente designado *jornalismo cidadão* partiu de uma passagem abrupta *da audiência para o jornalismo*, tendo como motivação fazer triunfar os cidadãos como especialistas amadores do quotidiano, ou seja, alimentando um debate que levou a construções militantes como *contrajornalistas* ou *pós-jornalistas*.

Esta vaga aumentou a tensão e comprometeu as próprias qualidades dos cidadãos enquanto parte ativa do processo jornalístico, na medida em que os exercícios de *jornalismo cidadão* fracassaram na sua própria impossibilidade – o que nos remete para a questão central deste artigo: explorar a passagem de um território de proximidade para um território partilhado.

Os resultados da investigação corroboram os estudos considerados na revisão da literatura, no sentido em que o jornalismo participativo pode representar uma nova etapa neste processo de procura de um compromisso, tendo em consideração as perspetivas dos

estudantes de Ciências da Comunicação considerados nesta investigação. Nesse sentido, e reconhecendo as naturais limitações de uma extrapolação, os resultados apontam para uma predisposição destes potenciais futuros jornalistas para uma abertura do processo noticioso aos cidadãos através do reconhecimento do papel deliberativo dos cidadãos e da sua concretização através da interatividade e da mediação ativa na conversação.

## ANEXOS

### QUADRO 1

#### INQUÉRITO – QUADRO DE PERGUNTAS

1. Os jornalistas podem ignorar a utilidade/necessidade de os cidadãos se envolverem na esfera pública?
2. A intervenção dos cidadãos na esfera pública passa pela produção própria de conteúdos de carácter noticioso?
3. O jornalismo profissional deve considerar os cidadãos potenciais produtores de conteúdos?
4. Justifique a resposta à pergunta anterior.
5. Tendo em consideração que as regras metodológicas, legais, éticas e deontológicas do jornalismo apenas se aplicam aos jornalistas, considera que não jornalistas podem fazer jornalismo?
6. O jornalismo deve ser repensado em função da perda do monopólio de edição e de difusão de conteúdos?
7. Considera que pode existir *jornalismo cidadão*?
8. A alternativa ao *jornalismo cidadão* pode ser o jornalismo participativo?

## REFERÊNCIAS

- Abbott, J. (2017). Tensions in the scholarship on participatory journalism and citizen journalism. *Annals of the International Communication Association*, 41(3-4). DOI: [10.1080/23808985.2017.1350927](https://doi.org/10.1080/23808985.2017.1350927).
- Ahva, L. (2013). Public journalism and professional reflexivity. *Journalism: theory, practice and criticism*, 14(6), 790-806.
- Ali, S. R. & Shahira, F. (2013). *Gatekeeping and citizen journalism: The use of social media during the recent uprisings in Iran, Egypt, and Libya*. *Media, War & Conflict*, 6(1), 55-69.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks*. Yale University Press.
- Blaagaard, B. B. (2012). Situated, embodied and political – Expressions of citizen journalism. *Journalism studies*, 14(2), 187-200.
- Bock, M. (2012). Citizen video journalists and authority in narrative: Reviving the role of the witness. *Journalism*, 13(5), 639-653.
- Borger, M., van Hoof, A., Meijer, I. & Sanders, J. (2013). Constructing participatory journalism as a scholarly object – A genealogical analysis. *Digital journalism*, 1(1), 117-134.
- Bowman, S. & Willis, C. (2003). *We Media – How audiences are shaping the future of news and information*. The Media Centre at the American Press Institute.
- Brock, G. (2013). *Out of print: Newspapers, journalism and the business of news in the digital age*. Kogan Page Limited.
- Bruns, A. (2012). Journalists and Twitter – How Australian news organisations adapt to a new medium. *Media international Australia incorporating culture and policy*, 144(144), 97-107.
- Carpenter, S. M. (2008). How online citizen journalism publications and online newspapers utilize the objectivity standard and rely on external sources. *Journalism & mass communication quarterly*, 85(3), 531-548.
- Cavanagh, A. & Steel, J. (Eds.). (2019). *Letters to the editor – Comparative and historical perspectives*. Palgrave Macmillan.
- Dear, J. & Scott, F. (2014). *The responsible journalist – An introduction to news reporting and writing*. Oxford University Press.
- Della Porta, D. & Keating, M. (2008). Comparing approaches, methodologies and methods. Some concluding remarks. In D. Della Porta & M. Keating (Eds.), *Approaches and methodologies in the social sciences. A pluralistic perspective*. Cambridge University Press.
- Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 442-464.

- Deuze, M., Bruns, A. & Neuberger, C. (2007). Preparing for an age of participatory news. *Journalism practice*, 1(3), 222-338.
- Engelke, K. M. (2019). Online Participatory Journalism: A Systematic Literature Review, *Media and Communications*, 7(4), 31-44.
- Fiedler, T. (2009). *Crisis alert: Barack Obama meets a citizen journalist*. In S. Allan & E. Thorsen (Ed.), *Citizen journalism – Global perspectives*. Peter Lang.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O Inquérito, teoria e prática*. Celta Editora.
- Gillmor, D. (2004). *We the Media – Grassroots journalism by the people for the people*. O'Reilly Media, Inc.
- Gjoni, E. (2017). From passive viewers to content generators: Audience role on TV programs and Online Media. *Journalism and mass communications*, 9(2), 63-77.
- Goode, L. (2009). Social news, citizen journalism and democracy. *New Media & Society*, 11(8), 1287-1305.
- Haas, T. (2007). *The pursuit of public journalism – Theory, practice, and criticism*. Routledge.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia – Entre facticidade e validade (vol. II)*. Tempo Brasileiro.
- Hellmueller, L. & Li, Y. (2014). Contest over content: A longitudinal study of the CNN iReport effect on the journalistic field. *Journalism practice*, 9(5), 1-17.
- Hermans, L., Schapp, G. & Bardoel, J. (2014). Re-establishing the relationship with the public. *Journalism studies*, 15(5), 642-654.
- Holt, K. & Karlsson, M. (2011) Edited Participation – Comparing editorial influence on traditional and participatory online newspapers in Sweden. *Javnost-the public*, 18(2), 19-36.
- Holt, K. & Karlsson, M. (2015). Random acts of journalism. How citizen journalists tell the news in Sweden. *New media and society*, 17(11), 1795-1810.
- Jarvis, J. (2006, 5 de julho). Networked Journalism. *Buzzmachine*. <https://buzzmachine.com/2006/07/05/networked-journalism/>.
- Karlsson, M. (2011). Flourishing but restrained – The evolution of participatory journalism in Swedish online news 2005-2009. *Journalism practice*, 5(1), 68-84.
- Karlsson, M., Bergström, A., Clerwall, C. & Fast, K. (2015). Participatory journalism – The (r)evolutions that wasn't. Content and user behaviour in Sweden 2007-2013. *Journal of computer-mediated communication*, 20, 295-311.
- Keen, A. (2007). *The Cult of the Amateur: How blogs, MySpace, YouTube, and the rest of today's user-generated media are destroying our economy, our culture, and our values*. Random House.

- Kristensen, N. N. (2015). From Ivory Tower to cross-media personas: The heterogeneous cultural critic in media. *Journalism Practice*. <http://dx.doi.org/10.1080/17512786.2015.1051370>.
- Larsson, S. (2014). Battling mainstream media, commentators and organized debaters – Experiences from citizens's online opinion writing in Sweden. *Nordicom Review*, 35(2), 77-89.
- Lawrence, R. G., Radcliffe, D. & Schmidt, T.R. (2017). Practicing engagement – Participatory journalism in the Web 2.0 era. *Journalism practice*, 12(10), 1220-1240.
- Lee, E.-J. & Tandoc, E. C. (2017). When news meets the audience. *Human communications research*, 43(4), 436-449.
- Lemert, J. B., Barry N., Mitzman, M., Seither, A., Cook, R. H. & Hackett, R. (1977). Journalists and mobilizing information. *Journalism quarterly*, 54(4), 721–726.
- Lewis, S. C. (2012). The tension between professional control and open participations – Journalism and its boundaries. *Information, communications & society*, 15(6), 836-866.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2010). *A Cultura-Mundo: Resposta a uma sociedade desorientada*. Edições 70.
- Loosen, W., Ahva, L., Reimer, J., Solbach, P., Deuze, M. & Matzat, L. (2020). 'X Journalism. Exploring journalism's diverse meanings through the names we give it. *Journalism*, 23(1), 1-20. <https://doi.org/10.1177/1464884920950090>.
- Lyons, A. B. (2015). Is online citizen news really alternative? A multiplatform analysis of BP oil spill coverage. *Mass Communication Research*, 49. [https://www.researchgate.net/publication/278678552\\_Is\\_Online\\_Citizen\\_News\\_Alternative\\_A\\_Multiplatform\\_Analysis\\_of\\_BP\\_Oil\\_Spill\\_Coverage](https://www.researchgate.net/publication/278678552_Is_Online_Citizen_News_Alternative_A_Multiplatform_Analysis_of_BP_Oil_Spill_Coverage)
- Marchionni, D. (2015). An experimental test of conversational journalism and trust. *Journalism practice*, 9(2), 230-249.
- Massey, B. L. & Haas, T. (2002). Does making journalism more public make a difference? A critical review of evaluative research on public journalism. *J&MC quarterly*, 79(3), 559-586.
- Min, S. J. (2015). Conversation through journalism: Searching for organizing principles of public and citizen journalism. *Journalism*, 17, 1-15. Retrieved from <https://doi.org/10.1177/1464884915571298>.
- Nip, J. Y. M (2006). Exploring the second phase of public journalism. *Journalism Studies*, 7(2), 212-236.
- Nip, J. Y. M (2008). The last days of civic journalism – The case of the Savannah morning news. *Journalism practice*, 2(2), 79-196.
- Örnebring, H. (2013). Anything you can do I can do better? Professional Journalists on citizen journalism in six European countries. *International communication gazette*, 75(1), 35-53.

- Paulussen, S. & D'heer, E. (2013). Journalism – Findings from a hyperlocal media project. *Journalism practice*, 7(5), 588-603.
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S. & Raybaut, P. (1995). *Histórias de vida. Teoria e prática*. Celta Editora.
- Raudsepp, E. (1989). Reinventing journalism education. *Canadian journal of communications*, 14(2), 1-14.
- Ricoeur, P. (1991). *On Paul Ricoeur narrative and interpretation*, D. Wood (Ed.). Routledge.
- Rosen, J. (2008). The people formerly known as the audience. [http://archive.pressthink.org/2006/06/27/ppl\\_frmr.html](http://archive.pressthink.org/2006/06/27/ppl_frmr.html).
- Rosen, J., Merritt, D. & Austin, L. (1997). *Public journalism – Theory and practice – Lessons from experience*. Kettering Foundation.
- Semanting, M. & Brookey, R. A. (2014). Not for Neda: Digital media, (Citizen) journalism, and the invention of a post-feminist martyr. *Communication culture & critique*, 7(2), 137-153.
- Shin, W. (2015). Being a truth-teller who serves only the citizens – A case study of Newstapa. *Journalism*, 16(5), 688-704.
- Svi, R. (2011). User Comments: The transformation of participatory space. In J. B. Singer, A. Hermida, D. Domingo, A. Heinonen, S. Paulussen, T. Quandt, M., Vuvjnovi (Eds.), *Participatory journalism – Guarding open gates at online newspapers*. Wiley-Blackwell.
- Swasy, A., Tandoc, E., Bhandary, M. & Davies, R. (2015). Traditional reporting more credible than citizen news. *Newspaper research journal*, 36(2), 225-236.
- Tuchman, G. (1991). *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Vega.